

## Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará: memórias de Isa e Leila Jinkings e suas lutas contra a Ditadura Civil-Militar-Empresarial <sup>1</sup>

*Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará: memorias de Isa y Leila Jinkings y sus luchas contra la Dictadura Civil-Militar-Empresarial*

*Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará: memories of Isa and Leila Jinkings and their struggles against the Civil-Military-Business Dictatorship*

**Priscila Herondina Reis de Souza**

**Resumo:** “Onde estavam as mulheres em 1964?” é a pergunta que ilustra o capítulo 9 (ditadura e gênero) do relatório Paulo Fonteles Filho, da Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará (CEVM/PA). Com um capítulo dedicado a figura feminina, o documento retoma a vivência de mulheres distribuídas em vários setores da sociedade durante o regime militar. Assim, o presente artigo objetiva desvelar a participação feminina na oposição à ditadura civil-militar-empresarial, em específico no estado do Pará, a partir da anamnese de duas personagens entrevistadas pela CEVM/PA: Isa e Leila Jinkings. A luta em favor dos Direitos Humanos é ampla, concordante a isso são as memórias de mãe e filha da família Jinkings; as quais, na militância partidária ou no fotojornalismo, protagonizaram tal combate.

**Palavras Chave:** Mulheres. Ditadura Militar. Estado do Pará. Memória.

**Resumen:** “¿Dónde estaban las mujeres en 1964?” es la pregunta que ilustra el capítulo 9 (dictadura y género) del informe Paulo Fonteles Filho, de la Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará (CEVM/PA). Con un capítulo dedicado a la figura femenina, el documento retoma la vivencia de mujeres distribuidas en varios sectores de la sociedad durante el régimen militar. Así, el presente artículo tiene como objetivo desvelar la participación femenina en la oposición a la dictadura civil-militar-empresarial, en específico en el estado de Pará, a partir del análisis de dos personajes entrevistadas por la CEVM/PA: Isa y Leila Jinkings. La lucha en favor de los Derechos Humanos es amplia, y concordante con ello son las memorias de madre e hija de la familia Jinkings; las cuales, en la militancia partidaria o en el foto periodismo, protagonizaron tal combate.

**Palabras Claves:** Mujeres. dictadura militar. Estado de Pará. Memoria.

**Abstract:** "Where were the women in 1964?" is the question that illustrates chapter 9 (dictatorship and gender) of the Paulo Fonteles Filho report, from the Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará (CEVM/PA). With a chapter dedicated to the feminine figure, the document revisits the experiences of women distributed in various sectors of society during the military regime. Thus, this article aims to reveal the feminine participation in the opposition to the civil-military-business dictatorship, specifically in the state of Pará, based on the anamnesis of two characters interviewed by CEVM/PA: Isa and Leila Jinkings. The fight for Human Rights is broad, and this is concordant with the memories of mother and daughter from the Jinkings family; who, in party militancy or photojournalism, starred such a fight.

**Keywords:** Women. Military Dictatorship. Pará State. Memory.

<sup>1</sup> Este trabalho foi apresentado como requisito para conclusão da Especialização em Análise das Teorias de Gênero e Feminismos na América Latina/GEPEN/UFPA, sob a orientação da Professora Doutora Maria Luzia Miranda Álvares. Agradeço às/aos pareceristas no processo de apresentação final do artigo.

**Priscila Herondina Reis de Souza** – Bacharel em Direito pela Faculdade Estácio do Pará, FAP. Advogada, regularmente inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Especialista em Direito Agrário. E-mail: [priscilasouza2730@gmail.com](mailto:priscilasouza2730@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará (CEVM/PA), instaurada pela Lei n.º 7.802, de 31 de março de 2014, foi um mecanismo civil pelo qual personagens diversos lembraram e relataram as injúrias contra os direitos humanos cometidas no território paraense entre os anos de 1946 e 1988. A legislação de criação do CEVM/PA objetivou o resgate das opressões ocultadas por figuras que — no memoricídio — buscaram impunidade para seus atos contra a democracia; a qual, em sua vez, é guardada por este e outros aparatos que — através do processo recordatório — são bastiões da verdade visando a justiça aos autoritários.

O trabalho da Comissão está disposto no epônimo *Relatório Paulo Fonteles Filho*<sup>2</sup>, cuja nomeação dá-se em homenagem a um dos históricos defensores dos Direitos Humanos no estado do Pará, tendo ele nascido na prisão durante o regime militar. Este compêndio é consubstanciado em três tomos que abordam diferentes dimensões sobre os Direitos Humanos e a Ditadura Civil-Militar-Empresarial.

O Tomo I é dedicado aos antecedentes históricos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) e a luta pela criação da CEVM-Pará; uma breve contextualização da política paraense; uma abordagem sobre a Amazônia Paraense no Relatório Final da Comissão Nacional da Verdade.

No Tomo II são contemplados capítulos dedicados: à imprensa paraense na ditadura a partir do relatório da Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas do Pará; à Universidade Federal do Pará; à violência no estado sob a ótica da Comissão Camponesa da Verdade; à Guerra dos Perdidos, do ocultamento histórico e a busca de reparação; ao sofrimento Aikewara — Relatório (CEVM/PA, 2022).

Com o Tomo III encontra-se o capítulo que inspirou o presente artigo ao focar Ditadura e Gênero, aliado ao debate sobre Justiça de Transição: situação atual, sugestões para efetivação nacional e repercussões no estado do Pará e as Recomendações. O capítulo 9 sobre Ditadura e Gênero traduz os esforços empreendidos pelo Grupo de Trabalho Memória e Ditadura — Linha Temática Ditadura e Gênero.

Nesse sentido, os pesquisadores registram que, dos 125 nomes dados como desaparecidos oficiais pelo livro *Brasil Nunca Mais* — de Dom Evaristo Arns —, menos de 20 são de mulheres, fator que poderia ensejar o entendimento de ser pequena a participação feminina contra o autoritarismo do regime militar. Velarde (2022), contudo, ressalta a intensidade da atuação das mulheres no período, destacando que não se poupou o corpo feminino de violações; é sabido, pois, que em tempos de conflito este corpo torna-se alvo — ainda maior — das violências patriarcais.

Nesse viés, entende-se que a palavra *corpo* não denota apenas a unidade físico-biológica, mas também o amago psicológico e moral das mulheres. A exemplo disto, recorda-se a Guerra dos Perdidos, evento em que polícias militares violentaram mulheres em Piçarra — interior do estado do Pará — na década de 1970 (CEVM/PA, 2022).

Jaime Cuéllar Velarde, autor do relatório da pesquisa sobre Ditadura e Gênero, consubstanciado no capítulo 9 do Relatório já mencionado, expõe sua inquietação com o tema que emerge a partir de uma questão na arguição de sua qualificação de mestrado, em que foi inquirido sobre “Onde estavam as mulheres em 1964?”. Defendida sua dissertação em 2012, intitulada *No Crepúscu-*

<sup>2</sup> Paulo Fonteles Filho compunha a CEVM/PA, na qual atuou intensamente, mas teve sua participação interrompida por seu falecimento em 26 de outubro de 2017, tendo ele nascido na prisão durante a Ditadura Militar.

lo: *memórias subversivas da Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense (1964–85)*, a atuação na CEVM/PA foi a oportunidade de pesquisar sobre esta temática da mais alta relevância. Velarde nota que essa dúvida o inquietou “para buscar uma interpretação histórica cuja participação feminina ganhasse visibilidade na historiografia” (*idem*, p. 29).

O objetivo do presente artigo, entretanto, consiste em analisar o debate sobre Ditadura e Gênero no escopo do Relatório da CEVM/PA, com foco no capítulo 9 do Tomo III. Ao longo de 242 páginas são abordados elementos contextuais sobre o tema, bem como densas notas taquigráficas com cinco mulheres que compartilham histórias de resistência, produzidas em sessões de entrevistas com vários membros da CEVM/PA<sup>3</sup>, aliada ainda a notas biográficas sobre mais duas mulheres que tiveram seus direitos violados no tempo de obscurantismo no país, em particular no estado do Pará.

Entre as primeiras cinco mulheres, optou-se centrar o estudo em duas, cujo critério de escolha foi ambas serem da mesma família — esposa/mãe e filha — possibilitando o diálogo com a experiência na confluência com a figura masculina de marido e pai.

Metodologicamente, o estudo foi desenvolvido assente na análise documental, que para Cellard (2008), o documento consiste em todo texto escrito, manuscrito ou impresso, podendo constituir-se em fonte primária ou secundária. O Relatório da CEVM/PA constitui-se num precioso testemunho histórico de um contexto particular de violência que assolou o país e o estado do Pará, tendo perdurado por duas décadas, mas cujos rastros de dores e sangue permanecem vivos na memória da sociedade brasileira e paraense. Sobretudo, de mulheres que tiveram seus direitos e corpos violados.

A estrutura do artigo contempla cinco seções, contando a *Introdução*. Na segunda, o foco é o contexto do debate sobre Ditadura e Gênero, com especial recorte no estudo da CEVM/PA. Nas terceira e quarta seções são resgatadas notas biográficas e uma breve análise da história de duas mulheres que contribuíram com seus testemunhos para a reconstituição da memória de tempos sombrios, necessários de serem compreendidos no presente e por futuras gerações. Há, nas *Considerações Finais*, uma síntese reflexiva constitui o escopo da quinta e última seção.

## 1. Ditadura e Gênero: a abordagem transversal na CEVM/PA

A anamnese da luta contra o regime militar, feita pela CEVM/PA, demonstra expressiva participação feminina, com a militante-mulher resistindo nos dois eixos de seu binômio: ora por oposição ao regime, ora pelo próprio gênero. Com isso, paira a necessidade de questionar quem foram essas figuras binomiais cujas vivências encontram a atualidade pelos trabalhos da CEVM/PA e, doravante, somam a percepção da historiografia sobre um período marcado por obscuridades e esquecimento. Concordante a essa demanda, o *Relatório Paulo Fonteles Filho* emerge as memórias de algumas mulheres, dentre as quais destacam-se duas no presente artigo: Isa Jinkings (mãe) e Leila Jinkings (filha), que serão enfocadas na seção seguinte.

<sup>3</sup> Foram membros da CEVM/PA: Egídio Machado Sales Filho, da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Pará; Leonardo da Silva Torii, do Arquivo Público Estadual; Carlos Alberto Barros Bordalo, Deputado Estadual e presidente da Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor (CDHDC) da Assembleia Legislativa do Pará (ALEPA); Marco Apolo Santana Leão, da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos; Renato Theophilo Marques de Nazareth Netto, da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos; Jureuda Duarte Guerra, do Conselho Regional de Psicologia – PA/AP; Maria Franssinete de Souza Florenzano, do Sindicato dos Jornalistas do Pará/SINJOR-PA; Ana Michelli Gonçalves Siare Zagalo, da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social/SEGUP; João Lúcio Mazinni da Costa, do Arquivo Público Estadual e Paulo Cesar Fonteles de Lima Filho, do Comitê Paraense pela Verdade, Memória e Justiça.

O argumento de Velarde (2022) para destacar a relevância da temática sobre ditadura e gênero tem como premissas a importância de regionalizar a compreensão de processos históricos, assim como presentificar novos sujeitos históricos nessa dinâmica a partir da perspectiva acadêmica, no caso, as mulheres. Para o autor, a proposta de estudo contemplada nesse capítulo do Relatório Paulo Fonteles Filho problematiza de forma “íngreme a análise do cotidiano das resistências à Ditadura Civil-Militar (1964–85) a partir da ótica de mulheres militantes.” (*idem*, p. 33).

Ao deparar-me com este argumento, refleti que a invisibilidade de mulheres e suas memórias nos tempos da ditadura civil-militar no Brasil na pesquisa acadêmica — ao nível de mestrado e doutorado — poderia ser uma realidade. Busquei, então, fazer um levantamento no banco de teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Ao aplicar o filtro com as palavras-chave *Ditadura* e *Gênero*, encontrou-se um único registro: a dissertação de mestrado intitulada *Ditadura e Gênero: Mulheres no Movimento Estudantil Paranaense (1964–1985)*, de Luana Regina Borges Bernart (2020).

A inquietação ante a constatação de um único trabalho acadêmico na plataforma da CAPES conduziu a ampliar a escala aplicando o filtro “mulheres na ditadura”, constando três trabalhos: a dissertação de mestrado profissional de Elianara Corcini Lima, intitulada *A Vida em Memórias de Dor: Mulheres na Ditadura Civil-Militar de 1964–1985*, de 2014; Patrícia Branco Cornish, com a dissertação intitulada *Artistas mulheres na ditadura brasileira: os casos de Wanda Pimentel e Teresinha Soares*, de 2018; e a dissertação *Justiça de Transição em Perspectiva: Comissão de Anistia Política e as Reparações por Violações Perpetradas Contra as Mulheres na Ditadura Brasileira (1964–1985)*, de 2021, tendo Raquel Cristina Possolo Gonçalves como autora.

Há de se considerar que outros filtros poderiam ser aplicados, mas escaparia ao escopo do presente artigo. De todo modo, a importância dessa busca foi de reafirmar a premissa de Velarde (2022), acerca da produção acadêmica, ainda tímida, sobre a confluência temática de ditadura e gênero. Tal objeção valoriza ainda mais a iniciativa de criação de um Grupo de Trabalho sobre Memória, com a Linha Temática de Gênero e Ditadura<sup>4</sup> com enfoque na “violência contra a mulher, suas consequências e impactos”, tendo sido inclusa ainda a temática sobre “violência sexual numa perspectiva para além da violação sexual propriamente dita, e a violência contra as crianças”, sendo reconhecido o desafio de incorporar transversalmente a questão de gênero no Relatório Final da CEVM/PA (CEVM, 2022).

A perspectiva metodológica da CEVM/PA consistia em visibilizar as narrativas das mulheres vítimas de violência no período em tela, podendo suas histórias de vida serem compartilhadas publicamente ou no anonimato, reconhecendo-as não apenas na dimensão de seus direitos violados, mas também como protagonistas de uma história silenciada pelo regime ditatorial. Para tanto, as Oitivas<sup>5</sup> constituíram-se no caminho para o resgate destas histórias.

Historiadoras já apontavam desde a década de 1970 a ausência de mulheres na história tradicional, posto ter sido o espaço público, a política, a guerra, as esferas privilegiadas da história, sendo estes lugares sociais pouco acessados por mulheres outrora, assim como a ausência de fontes para a escrita da história das mulheres tenha contribuído para o “silêncio dos arquivos”, como analisa Perrot (1989) em seu clássico texto *Práticas da Memória Feminina*. Conveniente à situação, Pedro (2011)

<sup>4</sup> Grupo de Trabalho coordenado por João Lucio Costa, conforme abordado no Relatório Paulo Fonteles Filho (CEVM/PA, 2022), no capítulo 9 do Tomo III.

<sup>5</sup> Oitivas, no Direito Processual, consistem no ato de ouvir as testemunhas ou as partes de um processo judicial. No contexto do estudo, oitiva representa uma escuta histórico-social.

evoca que atualmente é possível abordar uma historiografia da “história das mulheres” de matriz interdisciplinar, a partir de uma pluralidade de categorias como “mulher”, “mulheres”, “gênero”, “feminismo”, tendo mais recentemente os ecos das perspectivas decoloniais.

*A priori*, é essencial a leitura de inequidade existente entre as mulheres; ainda, pois, que tenham no gênero um vértice em comum, este planeja-se como uma interseção socialmente construída. Classe, etnia, idade, religião, orientação sexual e outros aspectos são descritores que seccionam o sexo feminino em diferentes experiências, as quais são reunidas sob o manto deste conceito aqui usado como categoria de análise (Miguel; Biroli, p. 53, 2014).

Os descritores antes mencionados são determinantes para compreender as interações e experiências que diferentes mulheres teriam frente ao regime ditatorial. Mulheres não-brancas ou brancas, do campo ou da cidade, homoafetivas ou heterossexuais não serão percebidas — por si próprias, pela sociedade e pelo autoritarismo — da mesma forma, ainda que de maneira subconsciente. Por isso, a escolha do presente artigo em tratar de duas mulheres com uma relação familiar vem no sentido de melhor analisar as vivências de Isa e Leila Jinkings, considerando os signos e ambientes em comum e ainda suas diferenças.

A primeira, Isa Jinkings, é mãe de Leila Maria Tavares Jinkings e outros quatro filhos — Nise, Raimundo Filho, Álvaro e Ivana. Foi filiada ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e é viúva do livreiro de mesma ideologia socialista, Raimundo Jinkings. O golpe de 1964 não faltou com percalços para a família Jinkings: Raimundo (pai e esposo) foi perseguido de amplas maneiras, sofrendo desde demissão — sem causa cabível — até aprisionamento.

Diante disso, teve Isa Jinkings que ocupar as posições binomiais do marido: homem-militante. A unidade *homem* é aqui utilizada no jogo de palavras do próprio pensamento patriarcal de organização familiar: Isa Jinkings seria agora a provedora do lar. Nesse sentido, os autores do capítulo 9 expõem um ponto curioso: as mulheres além de sofrerem diretamente com as ações do regime (perseguição e violência) também sofreram de maneira indireta; isto, pois, eram esposas, irmãs ou filhas que passaram a ter a responsabilidade de sustentar famílias em uma sociedade que não as queria em tal posição. (CEVM/PA, 2022).

Esse cenário é uma consequência da organização social da relação entre os sexos, o qual, a partir da ironia de descrever uma mulher assumindo o papel de um homem, é desmontado com uma metalinguagem do papel feminino na história, segundo Scott (1995):

Para os/as historiadores/as das mulheres, não tem sido suficiente provar que as mulheres tiveram uma história, ou que as mulheres participaram das principais revoltas políticas da civilização ocidental. A reação da maioria dos/as historiadores/as não feministas foi o reconhecimento da história das mulheres e, em seguida, seu confinamento ou rejeição a um domínio separado (“as mulheres tiveram uma história separada da dos homens, em consequência deixemos as feministas fazer a história das mulheres que não nos diz respeito”; ou “a história das mulheres diz respeito ao sexo e à família e deve ser feita separadamente da história política e econômica”). (SCOTT, 1995, p. 74)

A brasileira que ficou em casa — quando a figura masculina foi presa ou exilada — não é coadjuvante, mas sim protagonista de resistência que demonstra outra ótica do mesmo recorte, este que é história das mulheres, mas também a história propriamente dita (CEVM/PA, 2022).

Assim, nas duas seções subsequentes, o protagonismo de duas mulheres — esposa/mãe e filha — são representativas do debate sobre ditadura e gênero no contexto da repressão no estado do Pará.

## 2. Resistência Feminina na Ditadura Militar: memórias de Isa Jinkings

Nascida em 08 de janeiro de 1934, em Belém do Pará, filha de pai português e de mãe brasileira, da qual ficou órfã aos 13 anos, desde a adolescência lidou com a necessária coragem para apoiar na criação de seus 16 irmãos, vivência que lhe deu as forças indispensáveis para seu engajamento na luta pela democracia, ativismo esse que se funda com sua condição feminina de esposa e mãe de três filhos e duas filhas, entre as quais Leila Maria Tavares Jinkings.

A base de sua formação foi o catolicismo, do qual foi praticante assídua. O marido era ateu e se respeitavam mutuamente em suas respectivas opções filosófico-religiosas quanto a cristianismo e ateísmo.

Formou-se professora no Instituto Educacional do Pará (IEP), seguindo a escolha de sua família, além de ter cursado Pedagogia. Esta imposição tolheu Isa Jinkings de realizar de seu sonho em cursar Medicina, que acabou por ser licenciada em Letras.

O casamento com Raimundo Jinkings foi a base constitutiva de sua família e também de sua inserção política e ativismo partidário no Partido Comunista Brasileiro (PCB).

A Ditadura Militar não tardou em alcançar seu marido, cuja primeira prisão foi ainda em 1964. Estes tempos de obscurantismo revelaram uma mulher firme, corajosa e solidária com o marido, não tendo se intimidado com os militares. Não recuou nem mesmo ante o ataque do Comando de Caça aos Comunistas (CCC), que em novembro de 1979, causou grandes danos a livraria da qual já eram proprietários, a famosa Livraria Jinkings.

A mãe da família Jinkings encontrava-se sob o desafio de sustentar o lar enquanto encontrava artifícios para manter contato com o marido preso: inventava problemas de saúde de Raimundo relacionados a alimentação, de modo a mandar-lhe comida de própria preparação, entre os alimentos escondia bilhetes — como na tampa da garrafa de café — informando a situação externa. Além da comida, enviava cartas que continham elogios a oficiais, pois sabia que seriam interceptadas e lidas, assim contava com o abrandamento de seus opositores (CEVM/PA, 2022).

Outrossim, no adjetivo de militante partidária, Isa Jinkings arrecadava finanças para o PCB e prestou diversos serviços a organização. Seus resultados levaram-lhe — já na redemocratização — a ser eleita para constituir o Comitê Estadual e Secretaria de Agitação e Propaganda do partido. Ulteriormente, foi encarregada da Secretaria de Finanças; posição na qual obteve a primeira sede do partido com seus próprios recursos financeiros. (CEVM/PA, 2022).

Já na soltura de Raimundo, o casal Jinkings foi campeão de venda de assinaturas do jornal *Voz da Unidade*, braço de comunicação do PCB, tendo sido assim premiados com viagem para a antiga União da República Soviética (URSS) em 1987. Outros países socialistas como Cuba e Nicarágua também foram visitados pelo casal.

A práxis política de Isa Jinkings teve seu reconhecimento não apenas no âmbito partidário, como também na sociedade paraense, tendo colaborado com a fundação da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), no final da década de 1970, assim como também ocupou a vice-presidência da Federação Paraense de Mulheres.

Diante do exposto, Thomson (2007) aborda a importância da história oral na reconstrução da memória de eventos históricos, especificamente a memória da guerra, afirmando que entrevistas podem auxiliar as pessoas a superar o silêncio, além de darem a oportunidade para verbalizar e afirmar suas memórias dos tempos de guerra. O autor também menciona que as estratégias diferentes usadas pelas pessoas para lidar com as memórias da guerra e as diferentes formas de lembrar são expostas nas entrevistas e proporcionam uma importante oportunidade de discussão para os historiadores orais. Ele destaca que a natureza da aceitação que pode ocorrer durante uma entrevista de História Oral tem um efeito importante sobre o tipo das reminiscências revisitadas.

Ainda que as entrevistas com Isa e Leila Jinkings sejam muito extensas para serem abordadas no presente trabalho, a síntese de suas vivências pelas notas biográficas mostra o processo de anamnese pela qual as duas retomam os diversos sentimentos: desde os negativos — como medo e incerteza — até os positivos — como resiliência e esperança. Estudos que abordem mais especificamente a entrevista com as personagens biografadas podem dar ainda mais luz a sua posição naquele período, tanto como indivíduos quanto como representantes do gênero feminino.

### 3. Resistência e Ativismo Político como Herança: a mulher e militante Leila Jinkings

Filha de Raimundo Jinkings e Isa Tavares Jinkings, Leila Jinkings nasceu em Belém do Pará em 04 de maio de 1955. Sua trajetória de escolarização até o atual ensino médio foi na capital paraense, mas o ensino superior foi cursado na Universidade de Brasília (UnB) ainda nos tempos da Ditadura Militar, entre 1975 e 1981.

Os ideais socialistas foram a base da formação em família. A militância no movimento estudantil na UnB foi seu primeiro espaço de ativista, ainda muito jovem. Foi nesse tempo que era casada e teve duas filhas, resultando no atraso do curso, mas não a afastando do ativismo.

A ousadia militante a impulsionou na entrega de uma carta reivindicatória ao Ministro da Educação na época em que fora fundada a Associação de Pais e Alunos da UnB. O reconhecimento de sua coragem a constituiu como importante quadro político no movimento estudantil, num contexto de embates com o aparato repressivo nas universidades, inclusive com ocupação do Exército na UnB.

Nesse período em que era universitária e jovem mãe emergiu o interesse pela fotografia, tendo sido muito apoiada por seus pais. Foi agraciada com uma bolsa de estudos no curso de fotografia e teve a oportunidade de transitar livremente no laboratório de revelações de filmes e conquistou a confiança da “Ágil”, destacada agência de fotojornalismo naquele tempo. A paixão a moveu a dedicar-se ao fotojornalismo.

O reconhecimento de sua trajetória no fotojornalismo inscreveu o nome de Leila Jinkings no Dicionário Histórico-Biográfico da Fotografia, publicação do Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI), vinculado à Universidade Federal Fluminense (UFF)<sup>6</sup>.

O regresso para Belém se dá num contexto de efervescência política, em dezembro de 1981. O enfrentamento em defesa do fim da Ditadura Militar e a reivindicação pela redemocratização do Brasil se alastravam no país. No Pará, era o tempo de organização da Frente Democrática de Oposição, em que havia uma forte presença do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido político que emerge em 1980 no Brasil.

<sup>6</sup> Fonte: *Jinkings, Leila (Belém - Pará)*. Dicionário Histórico-Bibliográfico da Fotografia. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/verbetesfotografia/node/29>. Acesso em: 11 jan. 2023.

Neste contexto de efervescência política pela redemocratização do país, a atuação de Leila no fotojornalismo se destaca, a ponto de assumir a cobertura da campanha política do então candidato do MDB ao Governo do estado do Pará — o atual senador Jader Fontenelle Barbalho —, além de publicar o livro intitulado PMDB — *Eleições de 1982*, em meados de 1983. As lentes do fotojornalismo lhe possibilitaram não apenas a captação de imagens, mas a compreensão da dinâmica política da redemocratização do país e seus ecos no Pará.

A livraria Jinkings era um espaço catalisador de relações políticas, se colocando assim no cenário de Belém para muito além da comercialização de livros. Seus proprietários e pais da Leila eram reconhecidas lideranças de lutas e resistências no estado.

O trabalho no fotojornalismo de Leila Jinkings expressava um forte componente político, tendo sido protegida pelo anonimato da agência Ágil, pois seu trabalho de cobertura na redemocratização no país e no Pará, lhe rendeu perseguição no município de Marabá, em que um militar paraense de alta patente buscava identificar a origem do trabalho subversivo do fotojornalismo.

Para além da política eleitoral, outros trabalhos de ativismo do seu fotojornalismo são reconhecidos, a exemplo da cobertura do assassinato do advogado popular, defensor dos direitos humanos e da luta camponesa, Gabriel Sales Pimenta, em Marabá, em 1982 (CEJIL, 2022), crime ainda marcado pela impunidade. A cobertura jornalística foi tensa dada a hostilidade local sob a guarda de latifundiários.

A militância partidária também marcou sua trajetória. No PCB, legalizado em 1985, integrou o Comitê Estadual ao ser eleita para tal. Nos primeiros anos da década de 1990 assumiu o embate com os defensores de refundação do Partido, que resultaria na criação do Partido Popular Socialista (PPS), tendo Leila Jinkings se oposto à criação do novo Partido e defendido o PCB, posteriormente desarticulado ao nível nacional e também no Pará.

No contexto da disputa política interna, participou da criação do Movimento Nacional de Defesa do PCB, preservando suas matrizes marxista e leninista. Na direção estadual do PCB, foi responsável pela expulsão de diversos quadros do Partido na perspectiva da depuração, no combate a desvios dos propósitos de concepção e prática política, tecidos com lutas e resistências de socialistas que enfrentaram a Ditadura Militar sob repressão, prisão, tortura e morte, tendo sido esse exemplo vivido em família, com a prisão de seu pai e a labuta incansável de sua mãe em defesa dos ideais socialistas, de seu marido e família.

Décadas mais tarde de seu primeiro casamento, casa-se novamente, bem como os rumos do fotojornalismo a conduzem a um novo curso de graduação, o de jornalismo, interessando-se a partir de então por documentário/cinema, interesse e atuação profissional presentes até hoje em sua vida.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As narrativas de Isa e Leila Jinkings pontuam excelentemente quão rica e profunda foi a participação feminina na oposição à ditadura civil-militar-empresarial. Em relação à mãe, há vários fatores que podem ser apontados como determinantes no entendimento de sua persona: a adolescência com responsabilidade familiar, o que pode ter dado prática ao papel de líder e provedora de lar; a formação religiosa, cuja crença espiritual talvez fosse consolo frente o cenário mórbido do regime militar; o envolvimento político-partidário, com aprendizados que previssem técnicas de resistência frente a opressão.

Além desses pontos, há de se pensar que Isa Jinkings contaria com uma rede de apoio; cuja estrutura, em sua vez, pode diferir do entendimento atual dada as diferenças entre as mulheres e a sociedade de 1964 e 2023.

No referente à filha, sua militância política deu-se ainda na juventude, o que pode ser atribuído a uma inspiração no ativismo de seus progenitores — bem como o incentivo destes. Dos oito para nove anos, Leila já tinha o pai preso pela ditadura, ausência que não deve ter passado não questionada, com prováveis explicações sobre tópicos políticos que alcançassem o desenvolvimento que tinha a essa idade. Nessa mesma linha, a figura materna foi — provável e certamente — fonte de inspiração para sua formação humana: seja pelas explicações diretas do mundo a sua volta, seja pela transferência indireta do reflexo materno.

As vivências captadas pela CEVM/PA advogam a favor de mais estudos sobre o gênero feminino nesta área. Pesquisar sobre mulheres esquecidas e apagadas pela historiografia é um passo a mais em direção a um maior entendimento dos grupos que constituíram parte tão determinante da história do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ARNS, Dom Evaristo. *Brasil Nunca Mais*. Petrópolis: Vozes, 1996.

BERNART, Luana Regina Borges. *Ditadura e Gênero: Mulheres no Movimento Estudantil Paranaense (1964-1985)*. Mestrado em Educação. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). 2020. Cascavel, PR. Disponível em: <https://tede.unioeste.br/handle/tede/4850/>. Acesso em: 11 jan. 2023.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Editora: Vozes. 1ªed. 2008.

CENTRO PELA JUSTIÇA E O DIREITO INTERNACIONAL (CEJIL). *Após 40 anos do assassinato de Gabriel Sales Pimenta, organizações representantes comemoram a vida do advogado popular com ato público*. 14 de julho de 2022. Disponível em: <https://cejil.org/pt-br/comunicado-de-prensa/apos-40-anos-do-assassinato-de-gabriel-sales-pimenta-organizacoes-representantes-comemoram-a-vida-do-advogado-popular-com-ato-publico/>. Acesso em:

COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE E MEMÓRIA DO PARÁ (CEVM/PA). *Relatório Paulo Fonteles Filho*. Tomo I / organização Angelina Anjos...[et al.]. – Belém, PA: Editora Pública Dalcídio Jurandir: Imprensa Oficial do Estado do Pará - IOEPa, 2022. – (Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará; v. 1).

\_\_\_\_\_. *Relatório Paulo Fonteles Filho*. Tomo II / organização Angelina Anjos...[et al.]. – Belém, PA: Editora Pública Dalcídio Jurandir: Imprensa Oficial do Estado do Pará - IOEPa, 2022. – (Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará; v. 1).

\_\_\_\_\_. *Relatório Paulo Fonteles Filho*. Tomo III, Cap. 9 / organização Angelina Anjos...[et al.]. – Belém, PA: Editora Pública Dalcídio Jurandir: Imprensa Oficial do Estado do Pará - IOEPa, 2022. – (Comissão Estadual da Verdade e Memória do Pará; v. 1).

CORNISH, Patrícia Branco. *Artistas mulheres na ditadura brasileira: os casos de Wanda Pimentel e Teresinha Soares*. 26/06/2018 212 f. Mestrado (Dissertação em Estética e História da Arte). Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Jane Aparecida Marques. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em História da Arte da Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/93/93131/tde-12122018-120942/publico/2018\\_PatriciaBrancoCornish\\_VCorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/93/93131/tde-12122018-120942/publico/2018_PatriciaBrancoCornish_VCorr.pdf). Acesso em: 11 jan. 2023.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIBLIOGRÁFICO DA FOTOGRAFIA. *Jinkings, Leila (Belém - Pará)*. Disponível em: <http://www.labhoi.uff.br/verbetesfotografia/node/29>. Acesso em: .

GONCALVES, Raquel Cristina Possolo. *Justiça de Transição em Perspectiva: Comissão de Anistia Política e as Reparações por Violações Perpetradas Contra as Mulheres na Ditadura Brasileira (1964-1985)*. Mestrado (Dissertação em História, Poder e Liberdade). Orientador: Prof. Dr. Emílio Peluso Neder Meyer. Belo Horizonte: Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/38632/4/Raquel%20Possolo%20-%20VIOLAÇÕES%20BASEADAS%20EM%20GÊNERO%20PERPETRADAS%20DURANTE%20A%20DITADURA%20NO%20BRASIL%20%281964-1985.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2023.

GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. Diário Oficial do Estado. *Lei N° 7.802, de 31 de março de 2014*. Cria a Comissão Estadual da Verdade e Memória no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça e Direitos Humanos, e dá outras providências. Belém: Imprensa Oficial do Estado do Pará, 15 de abril de 2014. Disponível em [https://www.ioepa.com.br/pages/2014/04/15/2014.04.15.DOE\\_5.pdf](https://www.ioepa.com.br/pages/2014/04/15/2014.04.15.DOE_5.pdf). Acesso em: .

JINKINGS, Leila. *PMDB – Eleições 82*. Belém: Gráfica Sagrada Família. 1983.

LIMA, Elianara Corcini. *A vida em memórias de dor: mulheres na ditadura civil-militar de 1964-1985*. 2014. 107 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais). Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Aline Accorssi; Co-Orientadora: Profa. Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Paula Pinhal de Carlos. Canoas: Dissertação apresentada para a banca examinadora do Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle, 2014. Disponível em: [http://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs\\_online/tcc/mestrado/memoria\\_social\\_e\\_bens\\_culturais/2014/eclima.pdf](http://biblioteca.unilasalle.edu.br/docs_online/tcc/mestrado/memoria_social_e_bens_culturais/2014/eclima.pdf). Acesso em: 11 jan. 2023.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flavia. *Feminismo e política: uma introdução*. 1ª ed. - São Paulo: Boitempo, 2014.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan/jun. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/topoi/a/yy9vP5JS9Vsb9MCmrxCWZBG/?lang=pt#>. Acesso em: 11 jan. 2023.



PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*, 9 (18), São Paulo, ANPUH, 1989. Disponível em: [https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjF\\_pvtptqAAxVYr5UCHdymBFgQFnoECA8QA-Q&url=https%3A%2F%2Fwww.anpuh.org%2Farquivo%2Fdownload%3FID\\_ARQUIVO%3D3846&usq=AOvVaw1liuhfd7YAyxxbm\\_K2OvZ0&opi=89978449](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjF_pvtptqAAxVYr5UCHdymBFgQFnoECA8QA-Q&url=https%3A%2F%2Fwww.anpuh.org%2Farquivo%2Fdownload%3FID_ARQUIVO%3D3846&usq=AOvVaw1liuhfd7YAyxxbm_K2OvZ0&opi=89978449). Acesso em: 11 jan. 2023.

SCOTT, Joan W. Gênero, uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. 20 (2): 71 – 99 jul./dez. 1995. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721/40667>. Acesso em: 09 jan. 2023.

THOMPSON, A. Reconstituindo a memória: questões sobre a relação entre história oral e as memórias. *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, [S. l.], v. 15, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11216>. Acesso em: 26 jan. 2023.

THOMSON, A. Four paradigm transformations in oral history. *The Oral History Review*. 34 (1): 49 – 70. 2007. Disponível em: [https://search.lib.umanitoba.ca/discovery/openurl?institution=01UMB\\_INST&rft\\_id=info:sid%252Fprimo.exlibrisgroup.com-bX-Bx&rft\\_id=info:sid%2Fprimo.exlibrisgroup.com-751406-Bx&rft\\_val\\_fmt=info:ofi%2Ffmt:kev:mtx:&rft.epage=70&rft.volume=34&rft\\_id=info:doi%2F&resource\\_type=article&rft.isbn\\_list=&rft.jtitle=The%20Oral%20history%20review&rft.genre=article&rft.issue=1&rft.auinit1=A&rft.aulast=Thomson&rft.auinit=A&rft.date=2007&rft.eisbn\\_list=&rft.spage=49&rft.au=Thomson,%20Alistair&rft.atitle=FOUR%20PARADIGM%20TRANSFORMATIONS%20IN%20ORAL%20HISTORY.&rft.isbn=0094-0798&rft.eissn=1533-8592&svc\\_dat=CTO&vid=01UMB\\_INST:UMB](https://search.lib.umanitoba.ca/discovery/openurl?institution=01UMB_INST&rft_id=info:sid%252Fprimo.exlibrisgroup.com-bX-Bx&rft_id=info:sid%2Fprimo.exlibrisgroup.com-751406-Bx&rft_val_fmt=info:ofi%2Ffmt:kev:mtx:&rft.epage=70&rft.volume=34&rft_id=info:doi%2F&resource_type=article&rft.isbn_list=&rft.jtitle=The%20Oral%20history%20review&rft.genre=article&rft.issue=1&rft.auinit1=A&rft.aulast=Thomson&rft.auinit=A&rft.date=2007&rft.eisbn_list=&rft.spage=49&rft.au=Thomson,%20Alistair&rft.atitle=FOUR%20PARADIGM%20TRANSFORMATIONS%20IN%20ORAL%20HISTORY.&rft.isbn=0094-0798&rft.eissn=1533-8592&svc_dat=CTO&vid=01UMB_INST:UMB). Acesso em: 09 jan. 2023.

VELARDE, Jaime Cuéllar. *No Crepúsculo: memórias subversivas da Ditadura Civil-Militar na Amazônia Paraense (1964-85)*. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura). Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Neusa G. de Santana Pressler; Co-Orientador: Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco. Belém: Universidade da Amazônia, 2012. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/17zdkjE-agSjIf3lRWaKqfoWe9J\\_p60oxc/view?pli=1](https://drive.google.com/file/d/17zdkjE-agSjIf3lRWaKqfoWe9J_p60oxc/view?pli=1). Acesso em: 09 jan. 2023.

